



ATA DA 99ª REUNIÃO ORDINÁRIA (HÍBRIDA) DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 3ª SESSÃO LEGISLATIVA. 19ª LEGISLATURA. MANAUS, 20 DE OUTUBRO DE 2021. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte de outubro do ano dois mil e vinte e um, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **DELEGADO PÉRICLES**, com a presença dos Deputados: Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Álvaro Campelo, Ângelus Figueira, Belarmino Lins, Cabo Maciel, Carlinhos Bessa, Dermilson Chagas, Doutor Gomes, Doutora Mayara, Fausto Júnior, Felipe Souza, Joana Darc, João Luiz, Professora Therezinha Ruiz, Roberto Cidade, Ricardo Nicolau, Saullo Vianna, Serafim Corrêa, Sinésio Campos, Tony Medeiros e Wilker Barreto, sendo que a Deputada Nejmi Aziz teve sua falta justificada através dos Memorando n.º 73/2021. Na Fase Preliminar, foi lido o **Expediente pelo Presidente da Sessão, Deputado Delegado Péricles**, constante dos **Ofícios: n.ºs 2027 e 2024/2021, do Senhor Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil**, respondendo aos Requerimentos e Ofícios 193/2021, de autoria da Deputada Joana Darc, solicitando asfaltamento/recapamento, de cerca de 10 km do Ramal do Sissaíma, na zona rural do Município de Careiro da Várzea (9.040285); 3551/2021, de autoria do Deputado Adjuto Afonso, solicitando serviços de reforma da rodoviária de Itacoatiara (9.040275); n.º **144817//2021, do Senhor Afonso Luiz Costa Lins Júnior, Superintendente Regional do DNIT/AM**, encaminhando resposta ao Ofício n.º 1015/2021GP, que solicita reparos no Km 118 da rodovia BR-319 (9.040257); **Ofício Circular n.º 331/2021, da Senhora Ivana Teixeira Bastos, Presidente da Unale**, encaminhando Convite da 24ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais que será realizada nos dias 24, 25 e 26 de novembro, no Estado de Campo Grande (9.040259); n.º **295/2021, do Senhor Wilson Miranda Lima, Governador do Estado do Amazonas**, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 5617/2019, de autoria dos Deputados Joana Darc e Fausto Júnior, sobre a instalação de equipamentos contra incêndio nos prédios Públicos e escolas de ensino da rede Pública Estadual (9.039582); n.ºs **241, 239 e 226/2021, da Senhora Ana Beatriz Lobo**





Moutinho Breval, Secretária-Executiva de Articulação Institucional da Casa Civil, respondendo aos Requerimentos n.ºs 4595 e 4540/2021, de autoria da Deputada Joana Darc, solicitando serviços de pavimentação da estrada que liga os Municípios de Codajás a Anori; e asfaltamento e recapeamento das vias principais de Anori, respectivamente (9.040472/040462); 3842/2021, de autoria do Deputado Álvaro Campelo, solicitando pavimentação asfáltica da estrada da Comunidade Nogueira do Município de Alvarães (9.039052). **Como primeiro orador, o Deputado Sinésio Campos** agradeceu ao Deputado Delegado Péricles por ter acolhido a Emenda sobre o Projeto que trata do Hospital Alfredo da Matta. **Cedeu tempo à Senhora Lucilene** que explicou que a propositura quer tão somente transformar a Fundação em Centro Hospitalar e, assim, receber mais recursos e poder operar no tratamento do câncer de pele com mais eficiência. **Após, Deputado Wilker Barreto** exibiu um vídeo em que prova que o Decreto do Governo aumentou o valor da energia elétrica. Explicou que hoje esse Decreto estaria em forma de Projeto de Lei, enviado pelo Executivo, a ser votado e pediu que fosse melhor discutido antes de colocar na Pauta a fim de verificar com segurança se irá manter a cobrança do ICMS da forma como está. Criticou a Comissão de Constituição, Justiça e Redação por não discutir os projetos, oriundos do Chefe do Executivo, devidamente. **Na sequência, Deputado Serafim Corrêa** mostrou os números do Fundeb que são bem maior em relação ao ano anterior e alertou que haverá uma significativa sobra de Fundeb e os professores terão direito a receber parte dessa diferença. Em relação à Fundação Alfredo da Matta esclareceu que a emenda foi derrubada na CCJ e que será votada hoje a matéria na forma do texto original. **Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Cabo Maciel enquanto o Deputado Delegado Péricles usou a tribuna para explicitar** que tramita na Casa um Projeto de Lei oriundo do Executivo que não altera a tributação da Amazonas Energia, apenas regulariza o Decreto do Governo, já em vigor, porque o Supremo Tribunal Federal decidiu que não poderia ser feito por meio de Decreto e sim de Projeto aprovado pela Assembleia. Explicou ainda que o Projeto precisa ser votado porque, caso contrário, a Amazonas Energia deixaria de pagar os impostos ao Estado. Garantiu que o Projeto não reajusta o valor da tarifa de energia e que a CCJ analisa cuidadosamente todos os projetos dentro da legalidade e da constitucionalidade. **De volta à Presidência, o Deputado Delegado Péricles concedeu a palavra ao Deputado João Luiz** que fez um resumo das ações da Frente Parlamentar Cristã que preside principalmente no combate à depressão e ao suicídio. **Neste momento, o Presidente Delegado Péricles iniciou**





o Grande Expediente concedendo a palavra ao Deputado Sinésio Campos que comunicou que ontem houve a primeira reunião da CPI da Energia com a presença inclusive dos membros suplentes e que hoje serão ouvidas as Entidades que foram procuradas pela população para registrar o desserviço da Amazonas Energia. **Em aparte, os Deputados: Wilker Barreto** manifestou a sua desconfiança com a Amazonas Energia e voltou a criticar o Decreto n.º 4028/2019 que hoje será votado em forma de Projeto de Lei Complementar. Pediu à Casa que analisasse melhor a matéria antes de votá-la; **Serafim Corrêa** assegurou que não houve reajuste da tarifa com o Decreto n.º 4028/2019 e que a Amazonas Energia precisa sanar os problemas abordados na CPI; **Fausto Júnior** parabenizou o Deputado Sinésio por iniciar os trabalhos da CPI justificando que não participou ontem porque estava com problemas de saúde. Opinou que a Comissão deveria investigar os valores cobrados pela Empresa Amazonas Energia que mudam sem qualquer motivo. **Acolhidos os apertes, o Deputado Sinésio Campos** leu uma nota técnica da Aneel orientando que não houvesse reajuste da tarifa por causa da mudança da cobrança do ICMS. Anunciou que hoje será ouvido o Ipem na Comissão a fim de apurar a correta colocação do lacre nos contadores dos consumidores e, amanhã, a oitiva é com o Procon-AM. Cobrou da Diretoria de Comunicação a transmissão, em todas as plataformas digitais, da Reunião da CPI que ontem não foi transmitida. **Após, Deputado João Luiz** discursou sobre o mês de outubro dedicado à mulher e cedeu tempo à Delegada Débora Mafra que discorreu sobre o “Outubro Rosa” e a importância da prevenção do câncer de mama. **Reavendo a palavra, o Deputado João Luiz** parabenizou a Delegada Débora Mafra por fazer um trabalho extraordinário em defesa da mulher. **Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Roberto Cidade. Com a palavra, a Deputada Joana Darc** cumprimentou a Delegada Débora Mafra por ser uma ativista dos direitos das mulheres. **Na sequência, o Deputado Wilker Barreto** elogiou o Deputado João Luiz por trazer à Casa a Delegada da Mulher e defendeu que a Afeam tenha uma linha de crédito exclusiva às mulheres vítimas de agressão. **Continuando, o Deputado Felipe Souza** também parabenizou a Delegada por defender as mulheres e informou que a Afeam já tem uma linha de crédito destinada às mulheres vítimas de agressão e em vulnerabilidade social. **Ato contínuo, o Presidente** parabenizou a Delegada Débora Mafra e concedeu a palavra ao **Deputado Wilker Barreto** que pediu que fosse aprovado o Projeto de Lei n.º 251/2021 cujos interessados estavam em Plenário como também se manifestou favorável ao Projeto da Fundação Alfredo da Matta. Em outro assunto, voltou a cobrar uma maior discussão acerca do Projeto que muda





a forma de cobrança do ICMS junto à Amazonas Energia. Questionou o Presidente da CCJ sobre o Projeto de Lei em tramitação na Casa e solicitou dez dias para que haja uma análise melhor a fim de que se tenha certeza de que a população não será prejudicada. **Em aparte, os Deputados: Delegado Péricles** reiterou que a operação permanecerá a mesma não havendo qualquer aumento no repasse tributário à população, embora a Amazonas Energia tenha tentado repassar, foi proibido. Voltou a afirmar que se o Projeto não for aprovado, a Amazonas Energia deixará de pagar sessenta milhões de reais mensais ao Estado, visto que o Supremo Tribunal Federal já determinou que a mudança feita por Decreto é inconstitucional; **Dermilson Chagas** questionou o Deputado Delegado Péricles quem pagou a diferença que foi feita com o Decreto, visto que todos os desvios de energia e inadimplência são repassados ao consumidor; **Felipe Souza** salientou que não há ilegalidade no Decreto, apenas houve uma decisão de que fosse feito através de Projeto de Lei Complementar. Comunicou que o Técnico da Sefaz está na Assembleia para dirimir todas as dúvidas. **Reavendo a palavra, o Deputado Wilker Barreto** pediu que a Casa se preocupasse mais com o povo e o que ele contesta é a forma como o ICMS passou a ser cobrado por decisão do Governo. **Neste momento, o Técnico da Sefaz Aurélio usou a tribuna** para explicar que quem decide o valor do quilowatt da conta de luz não é o Governo e que o Projeto apenas modificou a forma como o ICMS seria cobrado e que gera um impacto favorável ao Estado em relação à arrecadação, por isso houve a necessidade de fazer a alteração. **Após, a Deputada Joana Darc** cumprimentou a Nação Mestiça presente em Plenário e reafirmou a sua defesa à pauta deles como também à pauta da Fundação Alfredo da Matta. Em relação ao projeto que altera a tributação do ICMS, manifestou-se a favor da população, e defendeu também a cota mínima de 10 (dez) por cento para as mulheres no concurso da Polícia Militar e o ensino médio para ingressar na instituição e um prazo maior entre o lançamento do certame e a realização. **Em seguida, o Deputado Estadual Branco** da Assembleia Legislativa de São Paulo usou a tribuna para discorrer sobre a importância do Parlamentar, solidarizou-se aos amazonenses em relação ao desserviço da Amazona Energia, pontuou sobre a necessidade de políticas públicas voltadas ao combate ao tráfico de drogas. Finalizou agradecendo a todos os Deputados pela recepção e colocou seu mandato à disposição. **Em aparte, os Deputados: Wilker Barreto** afirmou que São Paulo e Amazonas estão interligados pela Zona Franca e a manutenção do PIM é importante para os dois Estados; **Tony Medeiros** reconheceu a importância da visita, visto que foi o avô dele, Presidente Castelo Branco, que criou a Zonas Franca de Manaus. **Acolhidos os apartes**





Deputado Branco agradeceu as palavras. Neste momento, o **Presidente Roberto Cidade** iniciou a **Ordem do Dia** e fez **verificação de quórum** estando presentes os **Deputados**: Abdala Fraxe, Dermilson Chagas, Carlinhos Bessa, João Luiz, Roberto Cidade, Serafim Corrêa, Wilker Barreto, Therezinha Ruiz, Adjuto Afonso, Cabo Maciel, Saullo Vianna, Tony Medeiros, Belarmino Lins (virtual), Fausto Júnior (virtual), Doutora Mayara, Felipe Souza, Joana Darc, Ângelus Figueira, Sinésio Campos, Doutor Gomes e Delegado Péricles. **Questão de Ordem, Deputado Wilker Barreto** pediu que fosse aprovado o Requerimento de sua autoria convocando o Comandante-Geral da PM para explicar as retaliações ao Coronel Emerson. **Em resposta, o Presidente** ficou de verificar a melhor data para votação. **Ato contínuo, o Secretário-Geral, Deputado Delegado Péricles**, procedeu à leitura da **Pauta de Requerimentos**: **1. N.º 5086/2021, de autoria do Deputado Ângelus Figueira**, “Requer à Mesa, na forma regimental, **Regime de Urgência** à tramitação do Projeto de Lei n.º 516/2021 que ‘Altera o *caput* do art.4º da Lei n.º 5422, de 17 de março de 2021, que ‘Dispõe sobre a concessão de crédito e dispensa de licenciamento ambiental para atividades agropecuárias e de aquicultura, previstas nos artigos 6º e 7º da lei nº. 3785, de 24 de julho de 2012, e classificadas pela Portaria Ipaam n.º 88, de 11 de maio de 2020, como de pequeno potencial poluidor e degradador, quando exercidas por agricultores familiares, enquanto vigorar a declaração do estado de calamidade pública na saúde pública do Estado do Amazonas”. **Em votação, aprovado**; **2. N.º 5133/2021, de autoria da Deputada Professora Therezinha Ruiz**, “Requeiro, na forma regimental, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução Legislativa n.º 69/2021 que Concede a Medalha do Mérito Legislativo Educacional Professora Ignês Vasconcellos Dias aos Profissionais de Educação que indica”. **Em votação, aprovado**; **3. N.º 5151/2021, de autoria do Deputado Dermilson Chagas**, “Requer **Dispensa de Interstício** à votação do Projeto de Lei Complementar n.º 6/2020, oriundo do Ministério Público, conforme previsão do regimento interno. **Em votação, aprovado**. Na sequência, o **Secretário-Geral**, nos termos do Regimento Interno, procedeu à leitura da **Pauta dos Vetos**: **1. Veto Total n.º 20/2021, oriundo de Mensagem Governamental n.º 111/2021 ao Projeto de Lei n.º 12/2021, de autoria do Deputado Sinésio Campos**, "Dispõe sobre a obrigatoriedade de aquisição, instalação e manutenção de usina de oxigênio medicinal nas unidades de saúde da rede pública estadual." Com Parecer Favorável ao Veto da Comissão Especial (Relator: Deputado Belarmino Lins). **Em discussão, os Deputados: Wilker Barreto** pediu explicações sobre as razões do Veto; **Belarmino Lins** esclareceu que





se tratava de vício de iniciativa; **Sinésio Campos** contestou alguns pontos do Parecer do Deputado Belarmino Lins e lembrou que os Deputados foram favoráveis ao projeto de sua autoria. Defendeu seu projeto e assegurou que as usinas de oxigênio são necessárias; **Dermilson Chagas** opinou que o Projeto de Lei não cria despesas ao Estado e, portanto, não poderia ser inconstitucional. Declarou seu voto contrário ao Veto. **Em Encaminhamento de Votação, os Deputados: Belarmino Lins** não concordou com a manifestação do Líder do PT por fazer um discurso que quer apenas impressionar e não expõe a legalidade dos fatos e que seu Parecer foi fundamentado nos motivos da Procuradoria-Geral do Estado. Declarou seu voto pela manutenção do Veto; **Wilker Barreto** concordou com o Deputado Sinésio Campos e pontuou que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação não pode deixar passar os projetos com vício de iniciativa porque isso causa constrangimento aos parlamentares. Declarou seu voto contrário ao Veto por respeito à Casa que aprovou o Projeto de Lei n.º 12/2021; **Felipe Souza** destacou o mérito do Projeto e, por isso, a Casa aprovou, mas infelizmente é inconstitucional. Declarou seu voto favorável ao Veto. **Em votação, Veto mantido com voto contrário dos Deputados Sinésio Campos, Dermilson Chagas, Wilker Barreto e Serafim Corrêa; 2. Veto Total n.º 21/2021, oriundo de Mensagem Governamental n.º 112/2021 ao Projeto de Lei n.º 308/2021, do Deputado Belarmino Lins** "Isenta os Municípios de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes de apresentar certidões negativas necessárias para firmar convênios com o Estado do Amazonas". Com Parecer Contrário Ao Veto da Comissão Especial (Relator: Deputado Fausto Júnior). **Em discussão, os Deputados: Wilker Barreto** ponderou que já existe Lei Federal sobre o assunto e que a Casa precisa ter sensibilidade com o interior e pediu a derrubada do Veto; **Dermilson Chagas** esclareceu que era uma Lei do Senador Eduardo Braga e que o Projeto quer apenas desburocratizar a situação. Declarou seu voto contrário ao Veto; **Fausto Júnior** cumprimentou o Deputado Belarmino Lins pela importância do Projeto ao interior do Estado e que a Lei Federal foi de autoria do Legislativo e por uma questão de simetria deu parecer contrário por não considerar vício de iniciativa; **Wilker Barreto** afirmou que a Assembleia vai apenas normatizar uma Lei que já existe; **Belarmino Lins** observou que desconhece as razões da Procuradoria-Geral do Estado vetar o seu Projeto, já que o Governador Wilson Lima é a favor da Lei. Declarou seu voto com o Relator e pela derrubada do Veto; **Saullo Vianna** explicou que o Projeto versa sobre celebração de convênios e não transferência de recursos; **João Luiz** seguiu o Parecer do Relator; **Felipe Souza** esclareceu que a Lei Federal





permite assinar os contratos, mas não receber os recursos. Orientou pela derrubada do Veto. **Em votação, Veto derrubado por unanimidade.** Após, o Secretário-Geral procedeu à leitura da **Pauta dos Projetos de Lei Complementar, em 1º Turno: 1. Projeto de Lei Complementar n.º 6/2020, oriundo do Ministério Público do Amazonas**, “Altera, na forma que especifica o Anexo I, da Lei Complementar Estadual n.º 011, de 17 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas e dá outras providências (Criação de Procuradorias)”. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e Parecer Conjunto Favorável das Comissões de Assuntos Econômicos; e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Dermilson Chagas). **Em votação, aprovado; 2. Projeto de Lei Complementar n.º 9/2021, oriundo do Tribunal de Justiça do Amazonas**, “Altera a redação do § 2.º do art. 92 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997, e exclui o § 3.º do mesmo artigo (Autonomia do Presidente do TJ/AM, na escolha do Desembargador a quem incumbirá o exercício do cargo de Diretor da Escola Superior de Magistratura)”. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e Parecer Conjunto Favorável das Comissões de Assuntos Econômicos; e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos (Relator: Deputado Serafim Corrêa). Interstício dispensado pelo Requerimento n.º 4176/2021, aprovado em 14/09/2021. **Em votação, aprovado; 3. Projeto de Lei Complementar n.º 12/2021, oriundo da Mensagem Governamental n.º 108/2021**, “Altera o Código Tributário do Estado do Amazonas, instituído pela Lei Complementar n.º 19, de 29 de dezembro de 1997, e dá outras providências. (Substituição tributária na energia elétrica)”. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Serafim Corrêa); e Parecer Conjunto Favorável das Comissões de Assuntos Econômicos; e de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento (Relator: Deputado Sinésio Campos). Interstício dispensado pelo Regime de Urgência solicitado pelo Governador. **Questão de Ordem, o Deputado Wilker Barreto** pediu que fosse coletada 7 (sete) assinaturas a fim de deixar a votação do Projeto para a próxima semana. Assumiu o compromisso de votar a matéria, porém precisaria discutir melhor o item. **Em resposta, o Presidente explicou que para adiar a votação** do Projeto precisaria de um Requerimento com a subscrição de 7 (sete) deputados e colocou em apreciação do Plenário quais Deputados gostariam de subscrever a matéria e apenas os Deputados Wilker Barreto e Dermilson Chagas concordaram com o adiamento da





votação. **Em discussão, os Deputados: Wilker Barreto** pontuou que ao aprovar o projeto, a cobrança da energia passará a ter o mesmo mecanismo de reajuste do combustível. Observou que deveria ter havido uma Audiência Pública no seio da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e que não ocorreu. Voltou a exibir um vídeo do ex-presidente da Amazonas Energia em que ele assegura que houve um repasse ao consumidor com a mudança da tributação; **Serafim Corrêa** garantiu, mais uma vez, que não houve reajuste do preço da energia e que a Amazonas Energia ficou três anos sem pagar imposto e o Governo decidiu mudar a forma de tributação. O único erro do Governo era ter feito isso por Decreto, mas que agora ele estaria corrigindo com o Projeto de Lei Complementar e que teria que ser sancionado 90 dias antes. Explicou ainda que a Lei só entraria em vigor, se fosse aprovada hoje, no dia 20 de janeiro, o que levaria o Estado a deixar de recolher a tributação da Amazonas Energia por 20 dias, por isso a urgência de ser aprovado o Projeto; **Delegado Péricles** endossou que se a matéria não for aprovada hoje, haverá perda de arrecadação para o Estado e que não houve aumento de energia; **Carlinhos Bessa** ressaltou que se a Assembleia não aprovar a Lei estará ajudando a Amazonas Energia a não pagar imposto e que não houve reajuste da conta de energia com o Decreto; **Dermilson Chagas** concordou com o Deputado Wilker Barreto e questionou se o Decreto impactou na conta de luz do cidadão; **Fausto Júnior** sugeriu que essa questão do preço seja discutida no âmbito Comissão Parlamentar de Inquérito e que o Projeto Complementar seja votado para impedir que a Amazonas Energia não pague os impostos. **Em Encaminhamento de Votação, os Deputados: Saullo Vianna** lembrou que antes a única contestação é que tinha sido feito por meio de Decreto, agora o Governador está corrigindo isso e que em nada vai aumentar a conta de luz. Declarou seu voto favorável ao Projeto e afirmou que aqueles que votarem contra o Projeto estariam votando a favor da Amazonas Energia para que ela não pague imposto; **Belarmino Lins** concordou com os Deputados Delegado Péricles e Saullo Vianna e declarou seu voto favorável; **Wilker Barreto** rebateu todas as colocações e reiterou seu posicionamento contrário ao Projeto de Lei Complementar n.º 12/2021; **Sinésio Campos** pediu que os Deputados não saiam do Plenário. Em relação ao Projeto de Lei Complementar, explicou que era a favor porque o Estado deixaria de arrecadar se não for aprovado; **Felipe Souza** questionou a quem interessa ajudar a Amazonas Energia, visto que se não aprovar o Projeto, a Amazonas Energia não paga e o Estado não arrecada. **Em votação, aprovado com voto contrário dos Deputados Dermilson Chagas e Wilker Barreto.** Ato contínuo, o **Secretário-Geral** procedeu à leitura da **Pauta de Votação** com





Projetos de Decreto, Projetos de Resolução Legislativa e Projetos de Lei Ordinária, nos termos do Regimento Interno, em **Discussão Geral e Votação Única: 1. Projeto de Decreto Legislativo n.º 41/2021, oriundo da Mesa Diretora, “Reconhece**, para os fins do art. 65 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, no Estado do Amazonas, nos termos da solicitação do Governador do Estado do Amazonas, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 27 de setembro de 2021, em razão da continuidade e agravamento da pandemia da COVID-19, solicitada por meio de Mensagem n.º 119/2021, do Chefe do Executivo Estadual, datada de 30 de setembro de 2021, que encaminha Decreto Estadual n.º 44.598, de 27 de setembro de 2021”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Saullo Vianna). **Em discussão, os Deputados: Wilker Barreto** declarou seu voto contrário à matéria justificando que não é possível declarar calamidade pública e ao mesmo tempo fazer um jogo de futebol com quatorze mil pessoas e lembrou que hoje completa um mês de que o Governador se tornou réu por montar uma quadrilha a fim de saquear o Estado; **Dermilson Chagas** manifestou ser contrário à matéria porque o Projeto seria só para dispensar licitação, já que a pandemia praticamente está controlada; **Felipe Souza** argumentou que a vacinação avança, mas a pandemia ainda não acabou e que o Governo Federal decretou calamidade pública até dezembro. Orientou pela aprovação do Projeto. **Em votação, aprovado com voto contrário dos Deputados Dermilson Chagas e Wilker Barreto; 2. Projeto de Lei n.º 402/2021, oriundo da Mensagem Governamental n.º 94/2021, “Dispõe sobre a transformação da Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia ‘Alfredo da Matta’ - FUAM em Fundação Hospitalar de Dermatologia Tropical e Venereologia ‘Alfredo da Matta’ - FUHAM, e dá outras providências”**. Com Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); e Parecer Conjunto Favorável das Comissões de Assuntos Econômicos; e de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Ângelus Figueira). Deputado Fausto Júnior apresentou emenda dentro do prazo de Pedido de Vista solicitado na Sessão de 06/10/2021. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestou-se contrariamente à emenda apresentada. **Em discussão, os Deputados: Fausto Júnior** deixou claro que sempre foi a favor da matéria, no entanto é contra a questão da eleição. Declarou que votará a favor da matéria, porém buscará o Judiciário para contestar esse quesito das eleições e prometeu fazer uma varredura nas contas da Instituição através do





Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; **Sinésio Campos** refutou o posicionamento do Deputado Fausto Júnior no que se refere a entrar na Justiça, visto que considerou uma ameaça ao Hospital. Solicitou que fosse retirada da Ata da reunião a ameaça do Deputado Fausto Júnior, pedido não acatado pelo Presidente; **Doutor Gomes** elogiou o Presidente da Fundação Alfredo da Matta e que a matéria do Governo é apenas um ajuste buscando dar maior atendimento à saúde do interior. **Em Encaminhamento de Votação, os Deputados: Fausto Júnior** voltou a dizer que é favor da matéria, mas contra o fato de o Diretor-Presidente ser um bioquímico e administrar a Fundação. Destacou que como parlamentar pode sim fiscalizar as contas da Instituição e que fará isso; **Serafim Corrêa** ponderou que a matéria não estaria fazendo referência à questão da eleição e que conhece o Diretor-Presidente do Alfredo da Matta e que se trata de um profissional idôneo; **Delegado Péricles** garantiu que o projeto não altera a questão da eleição e que a emenda foi rejeitada por não ser pertinente; **Wilker Barreto** considerou um avanço a matéria; **João Luiz** declarou seu voto favorável; **Joana Darc** assegurou que a matéria valoriza os servidores do Alfredo da Matta; **Therezinha Ruiz** enalteceu a matéria e declarou seu voto favorável; **Tony Medeiros** celebrou o momento, declarou seu voto favorável e prometeu destinar emendas à instituição. **Em votação, aprovado. Questão de Ordem, os Deputados: Wilker Barreto** explicou que o Projeto n.º 470/2021, próximo item da Pauta, teria que voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Redação porque recebeu emendas que não foram apreciadas pela Comissão; **Delegado Péricles** ponderou que se for emenda supressiva poderia ser votada sem passar pela CCJ, porém emendas modificativas devem passar novamente pela Comissão e sugeriu que a matéria fosse votada em uma próxima reunião; o **Presidente Roberto Cidade** perguntou ao Líder do Governo se retiraria de Pauta a matéria; **Felipe Souza** arguiu que precisava analisar melhor o Projeto para que não houvesse nenhuma contestação posterior e pediu um tempo para dialogar com o Presidente da CCJ; **Saullo Vianna** sugeriu que a Reunião Ordinária fosse suspensa e os Deputados pudessem conversar no sétimo andar e resolver se votariam hoje ou deixariam para uma próxima votação; o **Presidente Roberto Cidade** acatou a sugestão, no entanto solicitou que fosse lido pelo Secretário-Geral o item 6 da Pauta de Votação referente ao Projeto de Decreto que aprova os nomes para o Conselho de Promoção da Igualdade Racial, uma vez que os integrantes da Nação Mestiça estavam na galeria do plenário desde cedo e por respeito a eles não deixaria para votar depois. **6. Projeto de Decreto Legislativo n.º 39/2021, oriundo da Comissão Especial, Aprova os nomes indicados para composição**





do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CEPİR/AM. Enviado pela Mensagem Governamental n.º 105/2021. Com Parecer Favorável da Comissão Especial (Relator: Deputado Dr. Gomes). **Em votação, aprovado. Feito isso, o Presidente Roberto Cidade suspendeu a Sessão Ordinária** prometendo retornar dentro de trinta minutos. **Reabertos os trabalhos pelo Chefe do Poder Legislativo às quatorze horas e trinta minutos e, tendo quórum regimental, o Secretário-Geral continuou a leitura da Pauta de Votação: 3. Projeto de Lei n.º 470/2021, oriundo da Mensagem Governamental n.º 115/2021, “Altera, na forma que especifica, a Lei n.º 3.498, de 19 de abril de 2010, que “Dispõe sobre o ingresso na Polícia Militar do Amazonas, e dá outras providências”. Recebeu Emendas dos Deputados Felipe Souza, Dermilson Chagas e Wilker Barreto. Com Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu emendas do Relator, Deputado Delegado Péricles; e Parecer Conjunto Favorável das Comissões de Assuntos Econômicos; de Segurança Pública e Política sobre Drogas; e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos, nos termos do Relatório da CCJR (Relator: Deputado Cabo Maciel). **Em discussão, o Líder do Governo, Deputado Felipe Souza, retirou o Projeto de Pauta; 4. Projeto de Lei n.º 471/2021, oriundo da Mensagem Governamental nº 118/2021 “Altera, na forma que especifica, a Lei n. 4.605, de 28 de maio de 2018, que “Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional no Estado do Amazonas”. Recebeu Emenda do Dermilson Chagas. Com Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde recebeu emendas do Relator, Deputado Delegado Péricles; e Parecer Conjunto Favorável das Comissões de Assuntos Econômicos; e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos, nos termos do Relatório do CCJR (Relator: Deputado Saullo Vianna). **Em discussão, o Líder do Governo, Deputado Felipe Souza, retirou o Projeto de Pauta; 5. Projeto de Resolução Legislativa nº 69/2021, oriundo da Mesa Diretora, “Concede a Medalha do Mérito Legislativo Educacional Professora Ignês de Vasconcellos Dias aos Profissionais da Educação que indica”. Matéria aprovada *Ad Referendum* do Plenário. Com Parecer Conjunto Favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Educação (Relator: Deputado Delegado Péricles). **Em votação, aprovado; 7. Projeto de Lei n.º 435/2019, de autoria da Deputada Joana Darc, “Institui o Dia Estadual do Cooperativismo”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Belarmino Lins); de Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul (Relator: Deputado Adjuto Afonso); e de Cultura e Economia Criativa (Relator: Deputado********





Saullo Vianna). **Em votação, aprovado; 8. Projeto de Lei n.º 461/2019, de autoria da Deputada Joana Darc**, “Dispõe sobre a inclusão de noções de primeiros socorros no programa curricular de Ciências ou disciplina similar nas escolas públicas do Estado do Amazonas”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Belarmino Lins); de Educação (Relatora: Deputada Professora Therezinha Ruiz); de Saúde e Previdência (Relator: Deputado Wilker Barreto). **Em votação, aprovado; 9. Projeto de Lei n.º 530/2019, de autoria da Deputada Joana Darc**, “Dispõe sobre a importância dos pais ou responsáveis serem informados sobre a ausência do aluno na escola”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Wilker Barreto); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Ricardo Nicolau); e de Educação (Relatora: Deputada Professora Therezinha Ruiz). **Em votação, aprovado; 10. Projeto de Lei n.º 649/2019, de autoria da Deputada Joana Darc**, “Institui a Campanha de Incentivo à Doação de Sangue Animal”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Ricardo Nicolau); e de Proteção aos Animais, Assuntos Indígenas, Cidadania e Legislação Participativa (Relator: Deputado Doutor Gomes). **Em votação, aprovado. Questão de Ordem, a Deputada Joana Darc retirou de Pauta os Projetos de Lei n.ºs 676/2019, 740/2019, 744/2019 e 305/2020, de sua autoria. Na sequência, o Presidente Roberto Cidade retirou de Pauta os Projetos de Lei n.ºs 237/2020, 246/2020, 317/2020, 334/2020 e 460/2020, de autoria da Deputada Doutora Mayara Pinheiro, como também o Projeto de Lei n.º 139/2021, de autoria do Deputado Sinésio Campos, e Projeto de Lei n.º 361/2021, de autoria do Deputado Dr. Gomes, justificando que as matérias foram prejudicadas, uma vez que os autores estavam ausentes do Plenário. 21. Projeto de Lei n.º 327/2021, de autoria do Deputado Wilker Barreto**, “Dispõe sobre a proibição as instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil a efetuar crédito, na conta de beneficiários do INSS, sem contrato ou consentimento dos mesmos, a fim de efetivar empréstimo consignado”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Carlinhos Bessa); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Ângelus Figueira); e de Defesa do Consumidor (Relator: Deputado João Luiz). **Em votação, aprovado; 23. Projeto de Resolução Legislativa n.º 10/2021, de autoria do Deputado Dermilson Chagas**, “Concede a Medalha do Mérito Desportivo Orlando Rebelo ao diretor técnico de judô, o Senhor Lúcio Gláucio





Mendonça de Almeida”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relator: Deputado Fausto Junior); e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles). **Em votação, aprovado; 24. Projeto de Resolução Legislativa n.º 14/2021, de autoria do Deputado Roberto Cidade**, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Sung Un Song”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relator: Deputado Álvaro Campelo); e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles). **Em votação, aprovado; 25. Projeto de Resolução Legislativa n.º 28/2021, de autoria do Deputado Wilker Barreto** “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Prefeito David Nunes Bemerguy pelo feito da instituição do Projeto nas Ondas do Conhecimento no município de Benjamin Constant”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relator: Deputado Fausto Junior); e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Belarmino Lins). **Em discussão, os Deputados: Roberto Cidade** subscreveu a matéria; **Dermilson Chagas** também pediu subscrição pela relevância do Projeto; **Adjuto Afonso** subscreveu a matéria; **Professora Therezinha Ruiz** parabenizou a iniciativa e subscreveu o Projeto; **Wilker Barreto** destacou a importância do Projeto criado pelo Prefeito durante a pandemia, o que possibilitou aos alunos terem acesso às aulas e reconheceu ser a homenagem justa e merecida; **Belarmino Lins** subscreveu a matéria, felicitou o autor pela iniciativa e afirmou que o Prefeito de Benjamin Constant era um homem público notável e merecedor de tamanha honraria. **Em votação, aprovado. Ato contínuo, o Presidente aprovou, com anuência do Plenário, em 2º Turno os Projetos de Lei Complementar n.º 6/2020, oriundo do Ministério Público do Estado do Amazonas; n.º 9/2021, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; n.º 12/2021, oriundo da Mensagem Governamental n.º 108/2021, sendo que este último foi aprovado com voto contrário dos Deputados Dermilson Chagas e Wilker Barreto. Após, foi aprovada em Bloco a Redação Final dos Projetos pendentes do dia 6 de outubro, a saber: Projetos de Decreto Legislativo n.º 23/2021, oriundo da Comissão Especial; n.º 36/2021, oriundo da Comissão Especial; n.º 37/2021, oriundo da Comissão Especial; Projetos de Lei n.º 121/2019, de autoria das Deputadas Alessandra Campêlo e Therezinha Ruiz e subscrito pelas Deputadas Joana Darc e Doutora Mayara Pinheiro e pelo Deputado Fausto Júnior; e 287/2019, de autoria das Deputadas Alessandra Campêlo e Therezinha Ruiz e subscrito pela Deputada Joana Darc; Projetos de Lei n.º 63/2020, de autoria da Deputada Doutora Mayara e subscrito pelos Deputados Sinésio Campos, Fausto Júnior e pelas Deputadas Joana Darc e Therezinha Ruiz.**





Projetos de Lei n.º 297, 478 e 498/2020 e 68/2021, de autoria da Deputada Doutora Mayara; **Projetos de Lei n.º 544/2020**, de autoria da Deputada Joana Darc, subscrito pelo Deputado Roberto Cidade e pela Deputada Doutora Mayara Pinheiro; **Projetos de Lei n.ºs 571/2020, 73/2021 e 135/2021**, de autoria da Deputada Joana Darc; **Projeto de Lei n.º 70/2021**, de autoria do Deputado Felipe Souza subscrito pelos Deputados Fausto Júnior e Carlos Bessa; **Projeto de Lei n.º 190/2021**, oriundo da Mensagem Governamental n.º 34/2021; **Projeto de Lei n.º 237/2021**, de autoria do Deputado Felipe Souza subscrito pelos Deputados Fausto Júnior e Carlos Bessa; **Projeto de Lei n.º 249/2021**, de autoria do Deputado Felipe Souza subscrito pelos Deputados Roberto Cidade, Fausto Júnior, Carlos Bessa e pela Deputada Joana Darc; **Projeto de Lei n.º 256/2021**, de autoria do Deputado Roberto Cidade; **Projetos de Lei n.ºs 263, e 290/2021**, de autoria do Deputado Belarmino Lins; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 5/2021**, de autoria dos Deputados Sinésio Campos e Nejmi Aziz. **Dando prosseguimento, foi aprovada em Bloco a Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41/2021**, oriundo da Mesa Diretora; **Projeto de Lei n.º 402/2021**, oriundo da Mensagem Governamental n.º 94/2021; **Projeto de Decreto Legislativo n.º 39/2021**, oriundo da Comissão Especial; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 69/2021**, oriundo da Mesa Diretora; **Projetos de Lei n.º 435/2019, 461/2019, 530/2019 e 649/2019**, de autoria da Deputada Joana Darc; **Projeto de Lei n.º 327/2021**, de autoria do Deputado Wilker Barreto; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 10/2021**, de autoria do Deputado Dermilson Chagas; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 14/2021**, de autoria do Deputado Roberto Cidade e **Projeto de Resolução Legislativa n.º 28/2021**, de autoria do Deputado Wilker Barreto, subscrito pelos Deputados Roberto Cidade, Belarmino Lins, Adjuto Afonso, Dermilson Chagas e Deputada Therezinha Ruiz. **Ato contínuo, o Presidente aprovou, com anuência do Plenário, a Redação dos Projetos de Lei Complementar n.º 6/2020, oriundo do Ministério Público do Estado do Amazonas; n.º 9/2021, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; n.º 12/2021, oriundo da Mensagem Governamental n.º 108/2021**, sendo que este último foi aprovado com voto contrário dos Deputados Dermilson Chagas e Wilker Barreto. **Após foi feita a Promulgação: Decretos Legislativos n.ºs 978, 979, 980, 981 e 982, de 20 de outubro de 2021, respectivamente**, “Aprova as indicações dos nomes para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Fundação AMAZONPREV”; “Aprova a indicação do Coronel PM Ednilton Ribeiro Coutinho, para exercer a função de 1º Membro do Conselho Permanente de Justificação da PMAM, da Corregedoria-Geral do Sistema de





Segurança Pública do Estado do Amazonas”; “Aprova os nomes indicados para a composição do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas”; “Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, no Estado do Amazonas, nos termos da solicitação do Governador do Estado do Amazonas, pelo prazo de 90 dias, a contar de 27 de setembro de 2021, em razão da continuidade e agravamento da pandemia da Covid-19, solicitada por meio de Mensagem n.º 119/21, que encaminha Decreto Estadual n.º 44.598, de 27 de setembro de 2021”; “Aprova os nomes indicados para composição do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CEPIR/AM”; **Resoluções Legislativas n.ºs 809, 810, 811, 812e 813, de 20 de outubro de 2021, respectivamente**, “Cria a Frente Parlamentar em defesa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT”; “Concede *ad referendum* a Medalha do Mérito legislativo Educacional Professora Ignês de Vasconcellos Dias aos profissionais da educação que indica”; “Concede a Medalha do Mérito Desportivo Orlando Rebelo ao Diretor Técnico de Judô, o senhor Lúcio Gláucio Mendonça de Almeida”; “Concede a Medalha Ruy Araújo ao senhor Sung Um Song”; “Concede a Medalha Ruy Araújo ao senhor David Nunes Bemerguy, Prefeito do Município de Benjamin Constant”; **Lei n.º 5.558, de 4 de agosto de 2021**, “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022” (Veto Parcial n.º 15/2021, votado dia 14 de setembro de 2021, tendo partes mantidas e rejeitadas sendo a Promulgação realizada dia 20 de outubro e a publicação no Diário Oficial n.º 1.777 no dia 21 de outubro); e **Lei n.ºs 5.645, 5.646 e 5.647, de 20 de outubro de 2021**, “Proíbe a prática de fidelização nos contratos de consumo”; “Estabelece penalidades administrativas aos agentes públicos que cometerem atos de corrupção e improbidade envolvendo recursos e bens destinados ao enfrentamento de pandemias e/ou calamidade pública”; “Dispõe sobre a obrigatoriedade da detecção do teste de Covid-19 em todas as amostras de sangue de doadores no âmbito do Estado do Amazonas”. **Ato contínuo**, o **Chefe do Poder Legislativo aprovou**, com anuência do Plenário, as **Atas das Sessões Ordinárias 91ª, 92ª, 93ª, 94ª, 95ª, 96ª, 97ª e 98ª, das Sessões Especiais 45ª, 46ª, 47ª, 48ª, 49ª, 50ª, 51ª e 52ª e da Audiência Pública que tratou da Pesca Esportiva e da Pesca Amadora. Após**, o **Presidente Roberto Cidade** encaminhou às **Comissões 1 Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo**, “Altera, na forma que especifica, a Lei n.º 5.635, de 1.º de outubro de 2021, que 'Autoriza o Poder Executivo do Amazonas a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com a garantia da União e dá outras





providências”, e **1 Projeto de Resolução Legislativa de autoria do Deputado João Luiz** “Acrescenta a alínea k ao inciso VI do artigo 27 da Resolução Legislativa n.º 469, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas”. **Na sequência**, deferiu os **Requerimentos** dos seguintes **Deputados**: **Doutora Mayara Pinheiro n.º 5134/2021** (ao Prefeito e à Vice-Prefeita de Boca do Acre), n.º 5135/2021 (ao Prefeito e Vice-Prefeito de Manaus), n.º 5136/2021 (à Seminf), n.º 5137/2021 (à Semulsp), n.º 5138, 5139 e 5140/2021 (todos à Semmas); **Belarmino Lins n.º 5141/2021** (ao Governador e ao Diretor-Presidente da Afeam); **Dr. Gomes n.º 5142 e 5165/2021** (ambos ao Governador do Amazonas); **João Luiz n.º 5143/2021** (ao Prefeito de Manaus e à Seinfra), n.º 5144, 5146/2021 (ao Governador do Amazonas), n.º 5145/2021 (Cessão de Tempo à Delegada Débora Mafra); **Saullo Vianna e Tony Medeiros n.º 5147/2021** (à Seminf); n.º 5148/2021 (ao Idam); **Saullo Vianna n.º 5149/2021** (à Prefeitura Municipal de Uarini); **Ângelus Figueira n.º 5150/2021** (ao Governo do Amazonas e à Seinfra); **Adjuto Afonso n.º 5152/2021** (aos médicos do Hospital Hapvida Rio Amazonas), n.º 5153/2021 (aos médicos do Hospital São Lucas), n.º 5154/2021 (aos médicos do Hospital Hapvida Rio Negro), n.º 5155/2021 (aos médicos do Hospital Dr. Fajardo), n.º 5156/2021 (aos médicos da Fcecon), n.º 5157/2021 (aos médicos do Caic Moura Tapajós), n.º 5158/2021 (aos médicos do Caic Dr. José Contente), n.º 5159/2021 (aos médicos do Hospital da Aeronáutica de Manaus), n.º 5160/2021 (aos médicos do Hospital Santo Alberto), n.º 5161/2021 (aos médicos do Hospital Santa Júlia); **Wilker Barreto n.º 5162/2021** Convocação do Comandante-Geral da Polícia Militar); n.º 5164/2021 (Audiência Pública no seio da Comissão de Defesa do Consumidor); **Álvaro Campelo n.º 5163/2021** (ao Reitor da Ufam); Delegado Péricles n.º 5166/2021 (Sessão Especial); **Fausto Júnior n.º 5167, 5168, 5169 e 5170/2021** (todos à FAAR). **A caminho do fim**, a **Pauta de Tramitação** foi dada como lida e constou do **Projeto de Lei Complementar n.º 14/2021**, oriundo da Mensagem Governamental n.º 123/2021 (**em quinto dia**); **Projetos de Lei n.º 510/2021**, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa; **n.ºs 511, 512, 513, 514 e 515/2021**, de autoria do Deputado Tony Medeiros; **n.º 516/2021**, de autoria dos Deputados Ângelus Figueira e Sinésio Campos; **Projeto de Resolução Legislativa n.º 61/2021**, de autoria do Deputado Roberto Cidade (**estes em terceiro dia**); **Projeto de Lei n.º 520/2021**, de autoria do Deputado Delegado Péricles; **Projetos de Resolução Legislativa n.º 62 e 58/2021**, de autoria do Deputado Roberto Cidade; **n.º 69/2021**, oriundo da Mesa Diretora (**estes em segundo dia**). **Projetos de**





Lei n.ºs 521, 522, 523, 524, 525, 526 e 527/2021, de autoria da Deputada Joana Darc “Autoriza o Poder Executivo a criar o Pronto Atendimento ao Cidadão Digital – PAC DIGITAL”; “Dispõe sobre a obrigação aos estabelecimentos de ensino público em manter programas de educação física adaptada voltados ao atendimento de alunos com deficiência ou com mobilidade reduzida”; “Institui o Selo Empresa Amiga da Pessoa com Deficiência”; “Altera, na forma que especifica, a Lei Promulgada n.º 241, de 31 de março de 2015 que: “Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Amazonas, e dá outras providências.”; “Institui o Dia da Conscientização sobre a Síndrome de Edwards”; “Dispõe sobre o atendimento à mulher com deficiência auditiva vítima de violência doméstica e familiar”; “Institui o índice Estadual de Educação Inclusiva – IEEI no sistema estadual de ensino do Amazonas”; **n.ºs 528, 529 e 530/2021, de autoria da Deputada Doutora Mayara Pinheiro**, “Determina que os livros didáticos sejam distribuídos alternativamente em formato digital para os alunos da rede estadual de ensino”; “Inclui todo procedimento cirúrgico, solicitação de consultas e exames destinados a pacientes diagnosticados com deslocamento de retina na fila de urgência do Sistema de Regulação (SISREG), e dá outras providências”; “Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de bolsas de estudos integrais nas escolas de rede privada para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dá outras providências no Âmbito do Estado do Amazonas”; **n.º 517/2021, de autoria do Deputado Cabo Maciel**, “Concede o Título de Cidadão do Amazonas, ao Senhor Ticiano Alves e Silva”; **n.º 531/2021**, oriundo da Mensagem Governamental n.º 127/2021, “Institui o Auxílio Estadual no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências” (**estes em primeiro dia**). **Nada mais ocorrendo**, foi a presente encerrada e convocada a **Sessão Ordinária** do dia seguinte à hora regimental. E, **para constar**, eu, **Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente

Secretário

